

Teoria e Desenho de Pesquisa em Ciência Política

Denisson Silva. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: denisson@denissonsilva.com

Suzana Alves. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: suzialvess@hotmail.com

Thiago Silame. Professor da Universidade Federal de Alfenas.

E-mail: thiago.silame@gmail.com

Ranulfo Paranhos. Professor adjunto da Universidade Federal de Alagoas.

E-mail: ranulfoparanhos@me.com

Resumo

Qual o papel da teoria para em um desenho de pesquisa? Este artigo defende que o quadro teórico é fundamental em desenhos de pesquisa que pretendem produzir inferências causais falsificáveis. Metodologicamente, descrevemos o processo de planejamento de um desenho de pesquisa, adotando cinco pressupostos de utilização do quadro teórico: (1) sistematizar os conceitos, (2) definir o problema de pesquisa, (3) delimitar hipóteses causais, (4) definir indicadores mais adequados à sistematização do desenho de pesquisa e (5) aumentar a validade interna e externa. Com esse trabalho esperamos contribuir com boas práticas de utilização de teoria em desenhos de pesquisa em Ciência Política.

Palavras-Chave: Teoria; Desenho De Pesquisa; Falseabilidade

Abstract

What is the role of theory for research design? The general objective is to argue that the theoretical framework is fundamental in research designs that seek to produce falsifiable causal inferences. Methodologically, we describe the process of planning a research design, adopting five assumptions for using the theoretical framework: (1) systematize the concepts, (2) define the research problem, (3) delineate causal hypotheses, (4) define indicators more suitable to the systematization of the research design and (5) to build internal and external validity. With this work we hope to contribute with good practices of using theory in research designs in Political Science.

Key-words: Theory; Research Design; Falsifiability.

Teoria e Desenho de Pesquisa em Ciência Política

Denisson Silva – Universidade Federal de Minas Gerais

Suzana Alves – Universidade Federal de Minas Gerais

Thiago Silame – Universidade Federal de Alfenas.

Suzana Alves – Universidade Federal de Alagoas

1. INTRODUÇÃO

Qual o papel da teoria para o desenho de pesquisa em Ciência Política? Nesse trabalho, argumentamos que a teoria tem papel central para a construção do desenho de pesquisa em Ciências Sociais em geral, e em Ciência Política em particular, que tenha potencial de produzir inferências causais falsificáveis (KING; KEOHANE; VERBA, 1994). Nesses termos, teoria é fundamental para: (1) sistematizar conceitos, (2) escolher e refinar o problema de pesquisa, (3) delimitar a hipótese de trabalho (em um modelo hipotético-dedutivo), (4) definir os indicadores mais adequados para o conceito(s) sistematizado(s), e (5) aumentar a validade interna e externa da pesquisa¹. Neste sentido, o artigo avança ao mostrar através da análise de um artigo como a teoria pode ser apropriada para o desenho de pesquisa e a construção de inferências falseáveis. É importante ressaltar que temos como público alvo nesse artigo alunos de graduação e pós-graduação. Isto posto, acreditamos que as recomendações aqui traçadas podem ser aplicadas em outras áreas de conhecimento.

Teune e Przeworski (1970) preconizaram que a tarefa das Ciências Sociais é explicar os fenômenos sociais. Para cumprir tal objetivo os pesquisadores devem se ater às teorias existentes afim de confirmá-las ou refutá-las. Trata-se de um movimento que no limite possibilita dois desdobramentos. O primeiro é o processo de acumulação do conhecimento (CHALMERS, 1994) e o segundo é o processo de ruptura com teorias anteriores (KUHN, 1978). Portanto, a construção de explicações consiste em confirmações graduais e/ou modificações das teorias que servem de premissas gerais em um esquema explicativo (TEUNE e PRZEWORSKI, 1970). Assim sendo, evitar problemas recorrentes nos desenhos de pesquisa acelera o processo de acumulação de conhecimento científico (GEDDES, 2003).

¹ O viés de seleção trata de uma inclinação a um dado resultado da pesquisa. Tal inclinação pode ocorrer devido aos casos selecionados, a escolha do objeto por parte do pesquisador em função de crenças, valores e preconceitos, facilidades de acessar fontes, etc. O viés de seleção pode ocorrer também, por exemplo, ao utilizarmos uma amostra aleatória em uma investigação de *N* reduzido. Contudo, como alerta King, Keohane e Verba (2000:138), ao deixar de lado o método de seleção por aleatoriedade é importante que a seleção escolhida produza ao menos alguma variação na variável dependente. Ou seja, o viés de seleção também pode ser minimizado com uso consciente da teoria, já que ela pode nos informar qual/quais caso/s, são relevantes para o estudo em *small -N*, no entanto, não será objeto de análise nesse trabalho. No debate sobre viés de seleção ver também Collier (1995).

Pesquisas sistemáticas em Ciência Política são fundamentais para o desenvolvimento da compreensão do mundo político (LANDMAN, 2008). Desta forma, a fundamentação teórica de desenhos de pesquisas ou produtos finais de pesquisa possuem um papel essencial para quem quer testar, reformar ou criar uma teoria, tanto para indutivistas² quanto para dedutivistas.

Além desta introdução, o artigo está dividido em seis seções. Na primeira seção ressaltamos a importância de se evitar erros no desenho de pesquisa com o intuito de se obter inferências válidas. A segunda seção aborda o papel da teoria na sistematização de conceitos. Trata-se de se verificar como a teoria fornece suporte para que o pesquisador selecione variáveis que sejam capazes de medir um conceito. Trata-se de perceber como categorias abstratas (conceitos) podem ser mensuradas, operacionalizadas, através de variáveis que podem ser observadas. Na terceira seção discutimos como teorias podem orientar a construção do problema de pesquisa e elaboração das hipóteses. Na seção seguinte abordaremos a questão da validade e confiabilidade dos conceitos mensurados. Pretendemos fornecer subsídios para verificar se a escolha de uma determinada variável foi a melhor para “medir” ou “representar” um conceito considerando a teoria mobilizada. Na quinta seção mobilizamos o trabalho de Cheibub, Przeworski e Saiegh (2002) como exemplo de um desenho de pesquisa orientado teoricamente e que produz acúmulo de conhecimento científico para a própria teoria mobilizada. Por fim, tecemos nossas considerações finais.

2. DESENHO DE PESQUISA E INFERÊNCIAS VÁLIDAS

Em uma visão simples, entendemos o desenho de pesquisa como um plano de trabalho. No entanto, este plano, tem a função de garantir a obtenção de evidências que possibilitem responder a um problema de pesquisa inicial e produzir inferências causais (KELLSTEDT e WHITTEN, 2013; RUBIN e BABBIE, 2011), entendendo como inferência causal o ato de conhecer os efeitos causais a partir de dados observados (KING, KEOHANE e VERBA, 1994)

Segundo King, Keohane e Verba (1994), um bom desenho de pesquisa tem quatro características: (1) o objetivo é a inferência; (2) os procedimentos são públicos; (3) as conclusões são incertas; e (4) o conteúdo é o método. As quatro características estão ligadas entre si, no entanto, as três últimas são necessárias para sustentação da primeira, pois se os procedimentos não forem públicos, fica difícil avaliar a validade da inferência. Se as conclusões não contêm incertezas, elas são perfeitas, e se são perfeitas não é Ciência. Se o conteúdo não se sustenta no método, não pode

² Para os indutivistas a teoria também é uma meta. Ver Chalmers (1993).

ser avaliado/replicado. Dito de forma “popperiana”³, as condições de falseamento da teoria não se fazem presente. Ou seja, na ausência das três últimas características temos qualquer coisa com forte tendência dogmática, menos uma contribuição para acumulação do conhecimento científico⁴.

O primeiro objetivo do desenho de pesquisa é a inferência válida, que é objetivo de toda boa ciência (KING, KEOHANE e VERBA, 1994; TEUNE e PRZEWORSKI, 1970). Podemos compreender inferência como um processo no qual utilizamos informações disponíveis para chegar a informações indisponíveis (KING; KEOHANE; VERBA, 1994; FIGUEIREDO FILHO *et al*, 2013), pois a inferência é um processo de observar um fato/evento para aprender sobre outro fato/evento que não observamos diretamente (KING, KEOHANE e VERBA, 1994).

Um bom desenho de pesquisa quer seja qualitativo ou quantitativo, descritivo ou explicativo, não difere no seu objetivo que é fazer inferências válidas. Assim, um projeto de pesquisa deve evitar inferências inválidas (DE VAUS, 2001). A principal distinção entre pesquisa descritiva e explicativa, é que um desenho de pesquisa descritivo normalmente é utilizado para revelar outros fatos ou variáveis que não se tenha observado, com o objetivo de descrever o mundo (a realidade social). Enquanto que na pesquisa explicativa a inferência é usada para conhecer efeitos causais a partir dos dados obtidos, com o objetivo de explicar o mundo (KING, KEOHANE e VERBA, 1994).

Cabe destacar que desenho de pesquisa é diferente de método de coleta de dados, sendo o método de coleta de dados irrelevante para a lógica de desenho de pesquisa (DE VAUS, 2001). Uma inferência causal válida pode ser constituída a partir de dados coletados através de entrevista em profundidade, *surveys*, narrativa histórica, dados experimentais, entre outras formas de coletar dados (implicações observáveis) (BOX, 2008).

Uma vez que a causa não é observada, e sim inferida, fazer boa inferência depende inteiramente de conceitualização adequada e mensuração/operacionalização do fenômeno em estudo (BOX, 2008). Entendendo que a coleta pode se dar de diversas maneiras, isoladas ou combinadas, a dependência da sistematização do conceito investigado é etapa fundamental para inferir da melhor maneira possível a causa de um evento, ou efeito da causa.

O mundo político exhibe várias faces como um prisma. Encontraremos diferentes tipos de desenho de pesquisa para tentar dar conta da tarefa de compreender as causas dos efeitos ou

³ POPPER, K. (1968). *The Logic of Scientific Discovery*. Londres: Hutchinson.

⁴ Seguindo a mesma linha de raciocínio Babbie (1999) ressalta que o conhecimento científico tem como características a possibilidade de estar sujeito a verificação empírica e conseqüentemente ser aberto a modificações.

compreender efeitos das causas⁵. Assim, inferências válidas podem ser alcançadas através de uma abordagem qualitativa, quantitativa, método misto; com *small-N*, *large-N*; experimental, observacional; *cross-sectional*, *time-series*; *cross-case*, *case-oriented*, entre outras possibilidades.

Por exemplo, é possível abordar o tema da disciplina partidária⁶ tomando como objeto de estudo apenas as votações dos congressistas em comparação com as indicações dos líderes de bancadas ou de partidos (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2001). Esse tipo de análise é eminentemente quantitativa, permite testar a hipóteses sobre a disciplina dos parlamentares, ou seja, realizar inferências explicativas para o fenômeno da alta ou baixa disciplina dos parlamentares. Contudo, outro desenho de pesquisa poder fazer uma coleta de dados a partir de entrevistas semiestruturada e aplicação de *survey* com os congressistas no intuito de identificar as causas (explicações) para o fenômeno da disciplina partidária.

Para King, Keohane e Verba (1994), um desenho de pesquisa pode ser dividido em quatro partes: (1) a questão de pesquisa, (2) a teoria, (3) os dados, e (4) uso dos dados. Dessas quatro partes será dado destaque a teoria, uma vez que ela pode auxiliar a escolher a questão de pesquisa, quais dados coletar e qual uso será feito deles.

3. TEORIA E CONCEITO SISTEMATIZADO

Um passo importante para o desenho de pesquisa é a sistematização do conceito. Conceitos teóricos bem definidos contribuem para a boa formação da questão de pesquisa. Partindo do pressuposto que conceitos não são meros rótulos, mas categorias abstratas que precisam ser sistematizadas é necessário ter uma teoria, ou melhor, um *background* teórico para guiar a sistematização do conceito. Aqui, a teoria é entendida como uma declaração sistemática que descreve e explica as causas ou efeitos do fenômeno analisado. Ela é composta de lei causal ou hipóteses, explicações e condições antecedentes (KELLSTEDT, WHITTEN, 2013; RUBIN, BABBIE, 2011; VAN, 1997; KING, KEOHANE E VERBA, 1994). Segundo King, Keohane e Verba a teoria pode ser descrita como:

(...) una especulación razonada y precisa sobre la respuesta que cabe dar a la pregunta de una investigación, e incluye una declaración de por qué tal respuesta es correcta. Las teorías suelen conllevar hipótesis descriptivas o causales más específicas. Una teoría debe estar en

⁵ Segundo Rezende (2015) os desenhos de pesquisa que buscam compreender as causas dos efeitos se concentram em análise descritiva e interpretação causal, enquanto os desenhos de pesquisa que buscam compreender os efeitos das causas se concentram na explicação causal e na estimação. Ver também Mahoney e Goertz (2012)

⁶ Para estudos sobre disciplina partidária no Brasil ver Figueiredo e Limongi (2001), Amorim-Neto (2000), Nicolau (2000), Neiva (2011), Melo e Batista (2012).

consonancia com los datos disponibles anteriormente sobre una pregunta de investigación. (KING; KEOHANE; VERBA, 2000, p. 29)

Por exemplo, Van Evera (1997) elenca sete atributos para uma boa teoria: (1) tem grande poder explicativo, (2) é parcimoniosa, (3) é satisfatória, (4) tem um *framework* claro, (5) é falseável, (6) explica um fenômeno importante, e (7) tem riqueza prescritiva. O primeiro ponto trata da capacidade de explicar a variável dependente e possui três características: (a) *importância* se refere à magnitude do efeito que da variável independente tem sobre a variação da variável dependente; (b) *alcance exploratório* refere-se a quantidade fenômenos afetados, ou seja, ao poder explicativo da teoria; e (c) *aplicabilidade* representa o quanto as causas e as condições antecedentes são comuns no mundo real.

O segundo atributo, parcimônia, significa ter a capacidade de explicar o evento/fenômeno mobilizando o menor número possível de variáveis. O terceiro atributo diz respeito ao fato da teoria ser satisfatória. Ocorre quando a teoria não nos deixa entender que as causas podem ser explicadas por outra teoria, ou seja, satisfaz nossa curiosidade. O quarto atributo é ter os conceitos definidos claramente. Quanto a ser falseável, é ser passível de verificação. Segundo Popper (1975:331) “é verificando a falsidade de nossas suposições [teorias] que de fato estamos em contato com a realidade”. O fato da teoria ser falseável permite testes intersubjetivos. O sexto atributo é poder responder a uma pergunta cientificamente importante. Por fim, o sétimo atributo de uma boa teoria se refere à capacidade de produzir recomendações que atendam às demandas da sociedade. Por exemplo, meteorologistas podem alertar as comunidades sobre ameaças de chuvas fortes em regiões ribeirinhas e de encostas. Ou cientistas políticos podem alertar sobre perigos da instabilidade política para os governos democráticos.

As teorias também podem ser classificadas pelo seu nível de análise. Peters (1998) chama atenção para os seguintes níveis: (a) *macro*, (b) *meso*⁷ e (c) *micro*. As duas principais versões de teoria de nível macro são: a teoria sistêmica e a estrutural-funcionalista. As teorias de nível meso podem ser divididas principalmente por região geográfica e por instituições. No nível micro são divididas por: estado-sociedade, centrado na sociedade ou estado.

Cada nível desses tem suas potencialidades e suas fraquezas. O pesquisador deve identificar qual nível de análise mais adequado de acordo com o fenômeno em questão. Ou seja, saber se o que quer analisar está no nível macro (sistemas e/ou estruturas), no nível meso (funcionamento de instituições específicas), ou nível micro (indivíduo).

⁷ Para uma abordagem sociológica sobre teorias de médio alcance ver Merton (1960).

Assim, cada nível de análise pode ajudar, contudo devem ser observados seus limites (PETERS, 1998). O nível macro e o micro são dois extremos⁸. No nível macro, há um risco latente de personificação de estruturas. Esta consiste em atribuir características humanas a estrutura (instituições). Quando isso ocorre, a agência dos indivíduos não é considerada e a estrutura determina de maneira fatalista as ações dos mesmos. No nível micro, o risco existente é ignorar as instituições e as variáveis sistêmicas que podem condicionar ou constranger o comportamento individual⁹. Para Peters (1998) o nível meso pode ajudar o pesquisador a evitar os problemas de generalizações excessivas ou de especificação inadequada, como também evitar o problema de *estiramento conceitual*¹⁰ (SARTORI, 1970).

A sistematização do conceito é compreendida como uma formulação específica de um conceito particular (ADCOCK e COLLIER, 2001). Por exemplo, se um pesquisador usar o conceito de democracia, logo surge a seguinte pergunta: mas de que democracia ele está falando? Se o pesquisador estiver se referindo a um conceito elitista de democracia, este conceito significa um método para tomada de decisão política (administrativa ou legislativa), em que os políticos adquirem o poder em uma competição por votos da população em uma dada circunscrição eleitoral. Tal conceito de democracia pode-se chamar de democracia procedimental e se restringe às eleições (SCHUMPETER, 1961). Portanto não se trata da democracia dos clássicos. Há uma delimitação clara do conceito a ser utilizado a partir de um determinado referencial teórico.

Esta formulação explicita o que o pesquisador deve fazer sobre o conceito que está usando e em que sentido é importante para conferir verificabilidade. Para além desse aspecto, ao sistematizar o conceito, o pesquisador tem mais clareza da sua questão de pesquisa e de quais dimensões que o seu conceito carrega. Ou seja, o desenho de pesquisa ganha eficiência quando identificamos a teoria no nível adequado para o nosso fenômeno. Essa eficiência é ampliada quando saímos dos estágios de *background* para o de conceito sistematizado. Assim é possível partir para o nível de mensuração sabendo com clareza que evidências são necessárias para fazer uma inferência válida sobre o fenômeno de estudo.

⁸ Para uma abordagem estatística ver sobre modelos hierárquicos (ROUNTREE, LAND, & MIETHE 1994).

⁹ Peres (2008) ressalta que o surgimento do Novo Institucionalismo, enquanto atual paradigma hegemônico da Ciência Política, configura-se como uma síntese ao Institucionalismo e ao Comportamentalismo.

¹⁰ O termo *conceptual stretching* (em inglês) desenvolvido por Sartori (1970) significa uma ampliação do alcance de um determinado conceito, para dar conta de novas estruturas, sendo que, ao mesmo tempo que o estiramento conceitual nos dá ganhos em cobertura, nos gera perdas de precisão conceitual. Ver também Collier e Mahon Jr. (1993)

Identificar corretamente a teoria evita desenhos de pesquisa indeterminados. A teoria ajuda a selecionar os casos e informa a melhor maneira de mensurar o conceito¹¹. Segundo King, Keohane e Verba (1994), um desenho de pesquisa indeterminado é aquele que nada pode ser aprendido sobre suas hipóteses causais. Para esses autores há duas situações básicas de projetos indeterminados: (1) quando tem mais inferências que implicações observáveis, isso acontece quando o pesquisador faz uma série de inferências causais sem ter observações suficientes; (2) quando tem duas ou mais variáveis independentes perfeitamente correlacionadas entre si (multicolinearidade)¹².

As sistematizações teóricas mais antigas podem não representar o conceito clássico ou o mais aceito e difundido entre os pesquisadores. O que levará o autor a incorrer no risco básico de fundamentar seu projeto de pesquisa e, conseqüentemente, suas opções metodológicas a partir de um quadro conceitual superado ou já refutado (MUNCK e VERKUILEN, 2009). Esse problema dirá respeito diretamente à validade do projeto de pesquisa. Outra questão não menos importante se refere à sistematização teórica em que conceitos formulados a partir de referências atualizadas mostrarão ao leitor/avaliador que seu o projeto está conectado com a literatura mais recente sobre o assunto.

4. O PROBLEMA DE PESQUISA E AS HIPÓTESES

Nesta seção, destacamos dois elementos fundamentais de um bom desenho de pesquisa: o problema de pesquisa¹³ e a hipótese. Foi dado centralidade na teoria para o desenho de pesquisa, porque o pressuposto adotado é que boas questões de pesquisa devem atender a dois critérios básicos: (1) ser importante no mundo real e (2) fazer uma contribuição específica para uma literatura acadêmica identificável, o que significa dizer que está ancorado em teoria (KING, KEOHANE e VERBA, 1994).

De forma didática, a questão de pesquisa deve ser apresentada de forma objetiva e mais direta possível, através de uma sentença interrogativa que estabeleça relação entre duas ou mais variáveis. A pergunta pode ser formulada em termos conceituais, ou seja, de maneira mais abrangente. Se a pergunta estiver compreensível e puder ser respondida através de uma pesquisa científica, seu projeto está no caminho certo. Quanto mais complicada for a questão de pesquisa, menores as chances do leitor/avaliador se interessar pelo seu projeto ou compreendê-lo, o que não é desejável.

¹¹ A teoria também é fonte de questões e de explicação (Peters, 1998).

¹² Ver Figueiredo Filho et. Al. (2016) sobre formas de detectar e superar o problema da multicolinearidade.

¹³ Problema de pesquisa e pergunta (questão) de pesquisa, são sinônimos aqui (RUBIN e BABBIE, 2011).

Por exemplo:

- (1) A ser evitado: Considerando a ideologia como aspecto presente no comportamento dos partidos políticos, qual seria a sua função sobre a possibilidade das coalizões partidárias serem mais ou menos fragmentadas nos períodos eleitorais?
- (2) Recomendado: Qual o efeito da homogeneidade ideológica das coalizões na Fragmentação eleitoral?

Uma questão de pesquisa mal formulada torna difícil avaliar em que medida os resultados observados respondem satisfatoriamente a proposta de trabalho. Para Schmitter (2002), o pesquisador deve chamar a atenção para o seu projeto de pesquisa logo no início da proposta e de forma irresistível com o problema, ideia/tema, conceito e método. Do contrário, uma vez que o leitor/avaliador perder o interesse sobre o projeto de pesquisa será muito difícil que ele volte atrás.

A clareza da exposição do problema de pesquisa facilita a possibilidade de se verificar se o pesquisador chegou ao objetivo desejado, assim como, se ele foi parcimonioso e se a inferência é válida/testável. O foco é se a questão de pesquisa é boa. King, Keohane e Verba (1994: pp.16-17) sugerem seis procedimentos para produzir uma boa questão de pesquisa:

- (1) Escolher uma hipótese considerada importante para estudiosos da área de interesse;
- (2) Selecionar uma hipótese aceita pela literatura, mas que suspeita-se que seja falsa;
- (3) Tentar resolver ou fornecer mais evidências de um lado de uma controvérsia na literatura;
- (4) O desenho de pesquisa deve elucidar ou avaliar suposições não questionadas na literatura;
- (5) Argumentar que um tópico foi negligenciado pela literatura;
- (6) Mostrar que as técnicas ou provas obtidas para algum propósito em uma literatura pode ser usada em outra literatura para resolver um problema existente.

Todas as opções para uma boa questão de pesquisa têm como referência o framework da área de interesse. A partir de King, Keohane e Verba (1994) percebemos que o desenvolvimento de uma boa questão de pesquisa está associado com o desenvolvimento da hipótese a ser testada. Ou seja, elaborar uma pergunta de pesquisa para um desenho falseável, é desenvolver hipótese(s) falseáveis¹⁴. Ou seja, elaborar possíveis respostas para o problema de pesquisa que devem ser passíveis de teste empírico. Temos dois tipos básicos de questões de pesquisa: (1) O que está

¹⁴ Em termos metodológicos, o que importa é se as hipóteses de pesquisa são falsificáveis, ou seja, não importa como chegamos a elas, se por extração da teoria (dedutivismo) ou se através da observação empírica (indutivismo) (POPPER, 1968).

acontecendo? (ordem descritiva), e (2) Por que está acontecendo? (ordem explicativa) (DE VAUS, 2001). Para King, Keohane e Verba (1994), tanto uma pesquisa descritiva quanto uma explicativa podem produzir inferências válidas. De Vaus (2001) ressalta que uma boa pesquisa descritiva provoca no pesquisador o “porque”. Vale destacar a máxima de King, Keohane e Verba (1994) de que uma pesquisa descritiva bem-feita vale mais do que uma explicativa mal feita.

O que interessa não é se a pesquisa é explicativa ou descritiva, isso se dá mais em função da massa crítica de trabalhos dentro de um determinado campo. Se área de interesse é pouco desenvolvida, provavelmente será necessário ao pesquisador começar por uma pesquisa descritiva para identificar o que está acontecendo e levantar possíveis variáveis para a compreensão do fenômeno. Por exemplo, uma pergunta descritiva: “Como se dá a disputa eleitoral nos municípios brasileiros?”; uma pergunta explicativa: “Qual o efeito do governo sobre as disputas eleitorais dos candidatos a prefeitos?”. O mesmo tema foi abordado no nível descritivo e em seguida no nível explicativo.

Anteriormente foi definido que a teoria é uma declaração sistemática que explica as causas ou os efeitos das causas. Vamos seguir o mesmo raciocínio para definir hipótese. Primeiramente a hipótese é uma sentença afirmativa que estabelece uma conjectura entre variáveis. Trata-se de uma provável resposta ao problema de pesquisa (VAN EVERA, 1997; RUBIN, BABBIE, 2011; FIGUEIREDO et al., 2012). Dá-se entre uma ou mais variáveis independente(s) (VI) e uma variável dependente (VD), ou melhor, entre uma ou mais variável(eis) explicativa(s) (VI) e uma variável explicada (VD). Figueiredo et al.(2012) advogam que além de determinar a relação entre VI e VD, uma boa hipótese também apresenta o efeito esperado entre variável explicativa e variável explicada, por exemplo, conjecturar que “Regimes parlamentarista exercem efeito positivo sobre a estabilidade política”¹⁵.

Para Collier, Mahoney e Seawright (2004), uma hipótese possui três componentes básicos: (1) relação esperada, (2) variável independente e (3) uma variável dependente. Por exemplo: Há uma correlação forte e positiva entre coalizões majoritárias e sucesso legislativo do Poder Executivo.

Nesse exemplo há relação esperada, variável independente e dependente. Nós acrescentamos a esse quadro dois elementos importantes na formulação das hipóteses: (1) direção (positiva ou negativa) e (2) magnitude (fraca, moderada ou forte). É possível utilizar modelos de regressão para

¹⁵ Em média, regimes parlamentaristas são mais estáveis do que regimes presidencialistas

verificar a contribuição de cada variável independente sobre a capacidade preditiva do modelo (BLALOCK, 1967). Essa estratégia possibilita identificar se a relação causal testada é positiva ou negativa, além da magnitude (PARANHOS et al, 2013).

Uma boa hipótese é essencialmente aquela que estabelece relação causa-efeito, assegura replicabilidade e falseabilidade. Além disso, a hipótese de pesquisa deve estar relacionada à questão central de pesquisa e ao objetivo geral, criando uma conectividade entre os elementos do projeto de pesquisa. Essencialmente, como recomenda King (2006), as hipóteses devem guiar as relações entre variáveis ou dimensões analíticas.

5. MENSURANDO CONCEITO: VALIDADE E CONFIABILIDADE

Para Sartori (1970) antes de mensurar qualquer coisa, primeiro precisamos conhecer o que queremos mensurar. Quando já passamos pelo conceito de *background*, pelo conceito sistematizado e temos uma boa pergunta de pesquisa e hipóteses claras, podemos afirmar que conhecemos o que queremos mensurar. Entendemos que uma teoria informa a melhor maneira de mensurar o conceito (PETERS, 1998) e um conceito sistematizado informa qual/quais é/são a(s) dimensão(ões) que ele carrega (ADCOCK e COLLIER, 2001).

O objetivo não é tratar sobre qual o melhor ou pior método para mensurar um dado conceito ou uma dada dimensão de um conceito, mas discutir os conceitos de validade externa e interna e confiabilidade. Isto posto, ao se escolher o instrumento de medição podemos comprometer os elementos de validade interna, externa e a confiabilidade, comprometendo a inferência causal. Adcock e Collier (2001), na sua pesquisa sobre validade de mensuração, encontraram 37 tipos de validades no vocábulo de pesquisadores que trabalham com a questão da conceitualização e da mensuração.

O primeiro conceito a ser abordado é de confiabilidade, que está intrinsecamente ligado a qualidade da coleta e do computo dos dados (JANNUZZI, 2012). Ou seja, a forma como coletamos os dados garante confiabilidade dos valores obtidos. Por exemplo, ao usarmos uma balança bem calibrada como instrumento para aferir o peso de uma dada pessoa, devemos esperar que o valor obtido não sofra alteração sem que a pessoa tenha uma perda ou ganho real de peso. Esperamos que a balança seja confiável, se estiver devidamente calibrada. A mesma lógica é usada para os instrumentos de coleta de informações sociais. Ao se aplicar um questionário ou formulário de um *survey* repetidas vezes, criamos a possibilidade de verificar se há ou não variação substancial da

percepção dos entrevistados (controlando outros fatores). Desta forma, podemos dizer que o instrumento é confiável¹⁶. No entanto, não podemos deixar de lado a possibilidade de haver erros de mensuração. Segundo King, Keohane e Verba (2000:162) é o tipo de “coisa” que deve-se evitar na elaboração de um desenho de pesquisa preciso, nas ciências sociais. Conforme os autores todas as medidas e observações que são imprecisas possibilitam os erros de mensuração na investigação social. Deve-se tentar reduzir o erro o máximo possível.

King, Keohane e Verba (2000) apontam dois tipos de erro de mensuração sendo estes o erro aleatório e o erro sistemático, que podem ser diferenciados da seguinte forma: o primeiro ocorre quando os valores são demasiadamente elevados ou baixos. Tal fato ocorre de forma não controlada, esse tipo de erro é de ineficiência, mas não de viés para inferências descritivas. O segundo é o erro sistemático é quando o pesquisador superestima de forma constante o valor de certos tipos unidades podendo enviesar e tornar incoerente a estimação do efeito causal de um dado estudo.

Aqui vamos distinguir apenas três tipos de validade: (1) interna; (2) externa e; (3) de mensuração. A validade *interna* se refere a capacidade das medidas e evidências de conseguir convencer que o desenho é robusto. Ou melhor, que o desenho de pesquisa permite fazer inferências dos resultados e que estes resultados não sejam produzidos por outros fatores aleatórios. A validade *externa* refere-se à capacidade do estudo representar os demais eventos da mesma classe de fenômeno. Ou seja, a extensão com que o estudo pode ser generalizado, além de ser um estudo particular (RUBIN e BABBIE, 2011; DEVAUS, 2001). Quanto à validade de *mensuração*, é a preocupação com a operacionalização do conceito, ou seja, se a operacionalização do conceito reflete adequadamente o conceito sistematizado pelo pesquisador (ADCOCK e COLLIER, 2001; DE VAUS, 2001; RUBIN e BABBIE, 2011). O ponto chave para garantir validade de mensuração é usar a medida mais apropriada para nossos propósitos teóricos (KING, KEOHANE e VERBA, 1994).

A próxima seção visa exemplificar a importância da teoria para o desenho de pesquisa. Para tanto vamos apresentar o artigo de Cheibub, Przeworski e Saiegh (2002) sobre formação de coalizões em sistemas de governo parlamentarista e presidencialista.

¹⁶ A “calibração” de um questionário é realizada através da aplicação de um pré-teste (BABBIE, 1999).

6. PRESIDENCIALISMO VERSUS PARLAMENTARISMO. FAZ DIFERENÇA?

A pergunta que nomeia a presente seção foi formulada pelo cientista político espanhol Juan Linz (1991) na esteira do processo conhecido como terceira onda de democratização (HUNTINGTON, 1994). Desde então, no meio acadêmico estabeleceu-se um debate normativo sobre qual o sistema de governo seria mais favorável à sobrevivência de regimes democráticos (LINZ, 1991; LAMOUNIER, 1991; LIJPHART, 1991; MAINWARING, 1993; MAINWARING e SCULLY, 1995; MAINWARING e SHUGART, 1998; VALENZUELA, 1998; FIGUEIREDO e LIMONGI, 1998).

Basicamente, a caracterização do regime presidencialista ressaltava os aspectos geradores de conflito. Para Lijphart (1991) o aspecto de jogo de “soma zero”¹⁷ do presidencialismo criaria incentivos para a não cooperação entre os atores políticos. Considerando a independência dos mandatos do Executivo e do Legislativo os partidos políticos que não ganharam a presidência não teriam incentivos para cooperarem com a agenda de governo, uma vez que estes teriam como objetivo principal a ocupação do cargo no futuro, dificultando a possibilidade de cooperação e/ou de governos de coalizão. Ademais, a ausência de mecanismos para contornar crises políticas, tais como o voto de censura ou confiança¹⁸, presentes no parlamentarismo, potencializariam o conflito entre os poderes e a ocorrência de situações de paralisia decisória em decorrência da existência de governos divididos.

A situação se agravaria em um contexto de multipartidarismo e sistema eleitoral proporcional, fatores que potencializariam os aspectos disfuncionais do sistema, e poderiam levar a um quadro de paralisia decisória (MAINWARING, 1993; MAINWARING e SCULLY, 1995; MAINWARING e SHUGART, 1998; VALENZUELA, 1998 *apud* CHEIBUB, PRZERWORSKI e SAIEGH, 2002). O diagnóstico era ruim e os prognósticos ainda piores. A própria estabilidade do regime democrático estaria em questão neste contexto a partir de soluções extraconstitucionais para a resolução do impasse (LAMOUNIER, 1991; LINZ, 1991; LIJPHART, 1991; MAINWARING, 1993).

¹⁷ Em teoria dos jogos o resultado do tipo “soma zero” ocorre sempre que um dos jogadores leva todo o prêmio envolvido no jogo. (FIANI, 2009; PIMENTEL, 2007).

¹⁸ Nos sistemas parlamentaristas os governos sobrevivem enquanto são sustentados por uma maioria legislativa. O voto de censura (ou de desconfiança) se dá quando uma maioria parlamentar deseja destituir o primeiro-ministro e o gabinete (equivalente aos Ministérios no Presidencialismo) formado por ele. Existe também o voto de desconfiança construtivo. Neste caso novas eleições são convocadas para escolher o primeiro-ministro (chanceler). Este tipo de voto de desconfiança existe na Alemanha e na Espanha. Primeiros-ministros que encontrem dificuldade em obter maiorias também podem acionar o mecanismo de voto de confiança. Neste caso, a assembleia (parlamento) é dissolvida e novas eleições parlamentares são convocadas no intuito de propiciar maioria legislativa ao chefe do executivo. Para maiores informações ver Cintra (2004).

O fato é que uma teoria sobre sistemas de governo foi estabelecida considerando os aspectos constitutivos/normativos do presidencialismo e do parlamentarismo, considerando as regras eleitorais e aspectos constitucionais, derivando comportamento dos atores a partir de elementos exógenos à arena legislativa. O presidencialismo levando ao conflito dos atores e o parlamentarismo possibilitando a cooperação.

O trabalho de Cheibub, Przeworski e Saiegh (2002) propõe um diálogo com tal teoria. O intuito dos autores é verificar se de fato há diferenças substantivas entre presidencialismo e o parlamentarismo no que concerne às capacidades ou incentivos que cada um dos sistemas oferece para a construção de coalizões e, se este quadro se agrava em cenários multipartidários. Os autores verificam qual a eficiência legislativa de governos minoritários em comparação aos governos de maioria, uma vez que tal ineficiência legislativa no parlamentarismo poderia levar a convocação de novas eleições e no presidencialismo à paralisia decisória e até mesmo uma ruptura de regime para a solução do impasse entre os poderes.

Primeiramente vamos localizar qual o nível de alcance da teoria formulada. Podemos dizer que em Ciência Política a análise de instituições é de alcance médio, ou seja, está no nível meso. Instituições devem ser tomadas como elementos estruturados da ação dos diversos agentes políticos. O pressuposto da racionalidade informa cada passo dado pelos atores envolvidos no intuito de alcançar os seus objetivos.

Isto posto, os autores reconhecem o alcance da teoria, contudo, as conclusões/generalizações de que coalizões são excepcionais em regimes presidencialistas, que governos unitários ou de coalizões minoritárias são ineficientes e que a democracia está ameaçada em função da vigência do presidencialismo carecem de evidências empíricas. O Quadro 1 abaixo resume as controvérsias:

Quadro 1. – Premissas Comportamentais Do Presidencialismo E Críticas.

Premissas comportamentais do “modelo estilizado” Presidencialista	Autores	Consequências	Crítica	Autores Críticos
Presidentes têm fortes incentivos para não dividir o poder	LINZ (1991); VALENZUELA (1991); LIJPHART (1991);	Governo Dividido/Paralisia Decisória Ruptura do Regime Democrático	Foco no aspecto soma zero; Amenizar ou desconsiderar o fato de que os Executivos desejam conduzir sua agenda de forma eficiente; Desconsidera a distribuição de preferências dos atores políticos como uma variável política importante;	FIGUEIREDO e LIMONGI (1999); CHEIBUB, PRZERWORSKI e SAIEGH (2004)
Partidos têm fortes incentivos para não cooperarem com o Executivo	LINZ (1991); VALENZUELA (1991); LIJPHART (1991); MAINWARING (1992)	Governos Minoritário/Paralisia Decisória	Partidos só estão interessados na competição presidencial; Foco no aspecto soma zero; Desconsiderar que partidos tem interesses por políticas públicas Desconsidera a distribuição de preferências dos atores políticos como uma variável política importante;	FIGUEIREDO e LIMONGI (1999); CHEIBUB, PRZERWORSKI e SAIEGH (2004)
Paralisia Decisória de Governos Minoritários e ruptura institucional	SHUGART e CAREY (1992)	“Segredo Ineficiente”	Amenizar ou desconsiderar o fato de que os Executivos desejam conduzir sua agenda de forma eficiente; Desconsidera a distribuição de preferências dos atores políticos como uma variável política importante; Pressupor poderes de agenda como estímulo para ação unilateral do Executivo; Pressupor que o Executivo não controle recursos (<i>pork</i> e cargos/ministérios)	CHEIBUB, PRZERWORSKI e SAIEGH (2004)

Fonte: Elaboração pelos autores a partir de Silame (2016).

Visando lidar com tais conclusões e generalizações os autores se valem da observação de um conjunto de dados que abrangem todas as democracias entre 1946 e 1999 para verificar empiricamente se sistemas presidencialistas são menos suscetíveis a coalizões que parlamentaristas, se o multipartidarismo é um agravante para a formação de coalizões e, se governos minoritários são menos eficientes no que se refere a sua capacidade legislativa. Desta forma, os autores puderam delimitar claramente à partir da teoria dada as variáveis dependentes e independentes verificáveis empiricamente, ou seja, falseáveis que possibilitam que seu empreendimento seja público e que as inferências sejam válidas. Abaixo esquematicamente as relações verificadas em termo de VI's e VD:

Sistema de governo (VI) → formação de coalizões (VD)

Sistema de governo + multipartidarismo (VI) → formação de coalizões (VD)

Governo majoritário (VI) → eficiência legislativa (VD)

Eficiência legislativa (VI) → estabilidade de governo/regime (VD)

O desenho de pesquisa proposto pelos autores claramente pretende testar “uma hipótese

aceita pela literatura, mas que suspeita-se que seja falsa”, “questionando suposições não questionadas pela literatura” e assim “tentar fornecer mais evidências em uma controvérsia” (KING, KEOHANE e VERBA, 1994). Assim, os autores deixam claro qual o estado da teoria até aquele momento e derivam a pergunta de pesquisa e a hipótese a ser trabalhada. Além disso, os autores constataam que essa teoria estabelecida carece de evidência empírica.

Nesse percurso os autores trabalham com um modelo formal espacial de distribuição de preferências entre os atores políticos. Para tanto mobilizam o conceito de ponto de reversão. Que é sistematizado para atender os dois sistemas, assim, no parlamentarismo o ponto de reversão se configura na situação de eleições antecipadas e no presidencialismo é a situação em que o partido do presidente controla todas as pastas ministeriais e as políticas são estabelecidas no ponto ideal do presidente.

O modelo espacial de distribuição de preferências permite aos autores verificarem quatro proposições importantes sobre os sistemas de governo. Vamos a elas: 1) “no parlamentarismo, cada coalizão ministerial conta com o apoio de uma maioria parlamentar. Caso contrário, antecipa-se a eleição” (CHEIBUB, PRZEWORSKI e SAIEGH, 2002: 192); 2) “no presidencialismo é possível que uma coalizão parlamentar majoritária não controle nenhum ministério” (CHEIBUB, PRZEWORSKI e SAIEGH, 2002:194); 3) “se uma maior fragmentação partidária torna mais (menos) provável a emergência de Assembleias com pontos ideais de política distantes do ponto do partido formador, coalizões ministeriais serão mais (menos) prováveis quando o número de partidos for grande” (CHEIBUB, PRZEWORSKI e SAIEGH, 2002:198) e; 4) “coalizões ministeriais formam-se quando a distância política entre o partido formador e o partido dele mais próximo é relativamente grande. Quando um governo é minoritário, a política está relativamente mais próxima de seu ponto ideal” (CHEIBUB, PRZEWORSKI e SAIEGH, 2002:198).

As duas primeiras suposições remetem aos pontos de reversão. A primeira significa que todo e qualquer governo parlamentarista seja de gabinete unitário, minoritário ou majoritário necessita de apoio de maioria parlamentar, caso contrário se convocam novas eleições, ou seja, se partido(s) pode(m) se beneficiar de políticas ele(s) deve(m) apoiar o primeiro ministro. “Assim, um governo de gabinete dura tanto quanto sua coalizão parlamentar” (CHEIBUB, PRZEWORSKI e SAIEGH, 2002:197).

A segunda suposição permite a coexistência no presidencialismo de um governo minoritário com uma oposição majoritária, uma vez que se a oposição vê incentivos em ser governo no futuro

ela aguarda a próxima rodada eleitoral. Se nenhum partido se beneficia de políticas e, desta forma não tem incentivo de integrar uma coalizão, o *status quo* em termos de política tende a prevalecer¹⁹ e não necessariamente uma solução extraconstitucional, o que contraria a literatura (LINZ, 1994; ACKERMAN, 2000; NINO, 1996; HARTLYN, 1994; GONZÁLEZ E GILLESPIE, 1994 *apud* CHEIBUB, PRZERWORSKI e SAIEGH, 2002). “Assim, por mais veementes que sejam os discursos, não passam de uma nuvem de fumaça que encobre um consenso subjacente” (CHEIBUB, PRZERWORSKI e SAIEGH, 2002:197).

Os autores advogam que a lógica²⁰ que informa a formação de coalizões é a mesma seja no parlamentarismo ou no presidencialismo, pois governos minoritários só acontecem quando a ponto de preferência da política está próximo do partido do governo²¹. Sempre que as preferências políticas se afastem do ponto ideal do partido formador (o maior no parlamentarismo; o do presidente no presidencialismo) da coalizão, este terá incentivos para formar coalizões (CHEIBUB, PRZERWORSKI e SAIEGH, 2002).

Isto posto, governos minoritários não necessariamente são ineficientes do ponto de vista legislativo se comparados à governos de coalizão, pois o ponto ideal das políticas defendidas pelo governo é próximo dos partidos no legislativo e estes podem apoiar as políticas sem pertencerem a uma coalizão.

Acerca da proposição três os autores concluem, portanto, que o efeito de um aumento da fragmentação é indeterminado nos dois sistemas, uma vez que são as preferências dos atores políticos que determinam ou não a formação da coalizão. A distância das preferências das políticas do partido formador deve ser minimamente grande em relação às preferências de outros partidos para que este tenha incentivos para formar coalizões. Em ambos os sistemas de governo, as coalizões ministeriais se constituem quando o partido formador opta por políticas que se situam longe da preferência do partido que lhe está mais próximo no espectro político (proposição 4). Portanto, os

¹⁹ “Se a assembleia não pode tomar a iniciativa de apresentar projetos de lei, ou se o presidente pode vetar leis sem que seu veto seja derrubado, o resultado pode ser a paralisia legislativa. Isto porque, neste caso, o presidente propõe leis e a oposição as rejeita, sem ser capaz de, ao mesmo tempo, fazer passar as suas próprias políticas” (CHEIBUB, SAIEGH e PRZERWORSKI, 2002: 196).

²⁰ Os autores assumem o pressuposto que “dependendo da distribuição das cadeiras no Parlamento e das preferências políticas, a frequência de governos de minoria no presidencialismo é igual à soma da frequência de governos minoritários e eleições antecipadas no parlamentarismo. Em outras palavras, a diferença entre o número de governos minoritários nos dois sistemas deve ser igual à frequência de eleições antecipadas no parlamentarismo.” (CHEIBUB, SAIEGH e PRZERWORSKI, 2002:205)

²¹ No presidencialismo obrigatoriamente o partido formador é o partido do presidente e que obrigatoriamente irá integrar a coalizão.

governos minoritários de um único partido não devem ser ineficientes e muito menos a causa de desastres, seja qual for o sistema.

A análise dos dados²² empreendida pelos autores mostra que maioria de único partido ocorre nos dois sistemas, sendo que isto acontece em 55,1% em regimes presidencialistas e 48,2% em regimes parlamentaristas. Quando nenhum partido obtém maioria, coalizões são formadas em 75% dos casos no parlamentarismo sendo que em 79% dos casos elas são majoritárias. No presidencialismo coalizões emergem em 53% dos casos e em 57% dos casos elas são majoritárias, ou seja, na ausência de um partido majoritário, os sistemas parlamentaristas são regidos por um governo de minoria em 40% dos casos, e 70% nos regimes presidencialistas.

Em parlamentos com três partidos representados (13% da amostra trabalhada pelos autores) e que nenhum possui maioria no parlamento, coalizões são formadas em 82% dos casos em sistemas parlamentaristas e 11% no presidencialismo, sendo que coalizões majoritárias estão presentes em 94% dos casos em regimes parlamentaristas e em 62% dos casos em sistemas presidencialistas com esta configuração. Quando a representação de partidos no parlamento é igual ou maior que quatro e nenhum dos partidos é majoritário coalizões emergem tanto no parlamentarismo quanto no presidencialismo, sendo a que as frequências respectivas são de 75% e 56%.

Coalizões majoritárias ocorrem em 76% dos casos no parlamentarismo e em 56% dos casos no presidencialismo. “Portanto, nestas circunstâncias, formam-se coalizões majoritárias em 57% dos casos sob parlamentarismo e em 31% sob presidencialismo” (CHEIBUB, PRZEWSKI e SAIEGH, 2002: 202)²³. Os autores constatarem que governos minoritários são mais frequentes sob o presidencialismo 39% dos casos frente 21% sob o parlamentarismo, mas em ambos os sistemas a maior parte dos governos são majoritários. Há uma diferença entre os dois sistemas. Mas esta diferença é de grau, não de espécie.

A partir do desenho de pesquisa de Cheibub, Przeworski e Saiegh (2002) percebemos, até aqui, que dois mitos foram desfeitos. O primeiro se referia ao fato de que o regime presidencialista não fornece incentivos para a formação de governos de coalizão. O segundo mito se referia a

²² Os autores estabelecem uma classificação das possibilidades de governos. Quando nenhum partido obtém maioria pode se formar coalizões. As coalizões podem ser majoritárias (COALMAJ) e minoritárias (COALMIN). Quando um partido obtém sozinho uma maioria pode-se ter um governo de partido único majoritário (UNIMAJ) ou uma coalizão supermajoritária (SUPERMAJ). Quando nenhum partido obtém a maioria das cadeiras e nenhuma coalizão ministerial é formada, o governo é uma minoria de um único partido (UNIMIN). Quando a maioria não participa do governo temos o governo dividido (DIVIDIDO) (CHEIBUB, PRZERWORSKI e SAIEGH, 2002: 200).

²³ Os autores constatarem que primeiro-ministro pertence ao maior partido em 86% dos casos e no presidencialismo em 75% dos casos o partido do presidente é o maior partido.

fragmentação partidária em sistemas presidencialistas como um impedimento para o estabelecimento de coalizões. Não se trata de uma questão numérica e sim de se considerar as preferências dos atores políticos. A fragmentação é mais um convite ao estabelecimento de coalizões do que o contrário. Contudo, ainda falta analisar as expectativas acerca de governos minoritários em implementar políticas via legislativo. Lembremos o argumento. Nos regimes parlamentaristas a ausência de uma maioria parlamentar que apoie as políticas no governo se revertem em novas eleições. No presidencialismo a consequência é o governo dividido, no qual vigora a paralisia decisória dando margem a soluções que podem colocar em risco o regime democrático.

Ao se observar o sucesso legislativo dos Executivos em ambos os sistemas se percebe que governos minoritários de único partido geralmente não geram crises. No parlamentarismo tais governos são capazes de aprovar 81,3% de seus projetos e nos sistemas presidencialistas esta capacidade é de 65,2%, “ao contrário do que geralmente se pensa, nos dois sistemas os governos de coalizão, majoritários ou minoritários, não são mais eficazes do ponto de vista legislativo do que os governos minoritários de um único partido” (CHEIBUB, PRZEWORSKI e SAIEGH, 2002: 207).

Apesar de ser um fato que os regimes parlamentaristas são mais longevos que os presidencialistas, sendo a expectativa de vida dos primeiros de 69 anos *vis-à-vis* os vinte anos dos segundos, tal fato não pode ser explicado, pelo menos do ponto de vista empírico, por uma incapacidade sistêmica de se formar alianças sob a égide de um ou outro regime e nem mesmo por uma ineficiência legislativa de governos minoritários.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho abordamos alguns conceitos fundamentais que o pesquisador deve estar atento na hora de fazer o seu desenho de pesquisa: inferência, problema de pesquisa, hipótese, conceito sistematizado, validade interna, validade externa e validade de mensuração. Foi dado destaque a teoria, pois partimos do pressuposto que sem acúmulo do conhecimento científico é impossível fazer boa inferência, independente do paradigma adotado pelo pesquisador.

Em síntese, o objetivo de uma boa ciência é produzir inferências válidas, ou seja, inferir a causa de um determinado efeito ou efeito de uma determinada causa. Consequentemente, para conseguir fazer uma boa inferência é necessário um bom desenho de pesquisa, sendo que o desenho não deve ser entendido como meros passos para execução do trabalho científico. O desenho deve garantir clareza do framework, conseguir sistematizar o conceito que vai ser operacionalizado (o

que garante validade interna e confiabilidade dos dados), consequentemente identificar quais são as possíveis dimensões, pois um conceito não é necessariamente uma variável. Em termos gerais, o desenho de pesquisa deve garantir validade interna, externa a validade de mensuração se a operacionalização do conceito reflete a sua sistematização.

Quando o projeto não é teoricamente orientado fica difícil fazer qualquer inferência válida. Além do mais, pode gerar ineficiência, uma vez que pesquisador poder querer “descrever tudo sobre tudo” ou querer medir tudo. Ou ainda, medir aquilo que não ajuda no possível problema de pesquisa, e esse “tudo” pode incluir o que não é importante. Assim, a teoria é fundamental para articular as partes de um bom projeto de pesquisa, orientando na escolha de uma pergunta de pesquisa e formulação das hipóteses de trabalho que seja relevante socialmente e relevante a uma explicação científica. Todas estas questões foram observadas na análise do artigo de Cheibub, Przeworski e Saiegh (2002).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADCOCK, R.; COLLIER, D. (2001), Measurement validity: A shared standard for qualitative and quantitative research. *American Political Science Review*, v. 95, n. 3, p. 529-546.
- AMORIM NETO, OCTAVIO. (2000), Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 479-519. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000300003&lng=en&nrm=iso>. access on 25 May 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582000000300003>.
- BABBIE, Earl. (1999), *Métodos de Pesquisa de Survey*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- BLALOCK, H. (1967), Causal Inferences, Closed Populations, and Measures of Association. *The American Political Science Review*, 61, 1, p. 130-136.
- CHALMERS, A. F. (1993), *O que é ciência afinal?* São Paulo: Editora Brasiliense.
- CHEIBUB, J.A.; Przeworski, A.; Saiegh, S. (2002), Governos de coalizão nas democracias Presidencialistas e parlamentaristas. *Dados*, vol. 45, nº 2, p. 187-217.
- CINTRA, A. O. (2004), Presidencialismo e parlamentarismo: são importantes as intuições? In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Orgs.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed. p. 37-59.
- COLLIER, D. (1995), Translating quantitative methods for qualitative researchers: The case of selection bias. *American Political Science Review*, 89(2), p. 461-466.
- COLLIER, D., MAHONEY, J., & SEAWRIGHT, J. (2004), "Claiming too much: Warnings about selection bias". In H. E.; D. C. *Rethinking social inquiry: Diverse tools, shared standards*. Lanham: Rowman& Littlefield.
- FIANI, Ronaldo. (2009), *Teoria dos jogos: com aplicações em economia, administração e ciências sociais*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Elsevier.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. (2001), *Executivo e Legislativo na ordem constitucional* 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV.
- FIGUEIREDO FILHO, D. B; ROCHA, E. C. DA; SILVA JÚNIOR, J. A. DA; PARANHOS, R; SANTOS, M. L. W. (2012), Levando Gary King a sério: desenhos de pesquisa em ciência política. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 3, n. 1-2.
- FIGUEIREDO FILHO, D. B.; ROCHA, E. C. DA; SILVA JÚNIOR, J. A. DA; PARANHOS, R. (2013), Causalidade e mecanismos em Ciência Política. *MEDIAÇÕES*, V. 18 N. 2, p. 10-27, Jul./Dez.
- GEDDES, B. (2003), *Paradigms and sandcastles: theory building and research design in comparative politics*. United States of America: University of Michigan.
- HUNTINGTON, SAMUEL. (1994), *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática.

- JANNUZZI, P. M. (2012), *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 5. ed. São Paulo: Editora Alínea.
- KELLSTEDT, P.; WHITTEN, G. (2013), *The Fundamentals of Political Science Research*. New York: Cambridge University Press.
- KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. (1994), *Designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research*. New Jersey: Princeton University Press.
- KING, G., KEOHANE, R. O., & VERBA, S. (2000), *El diseño de la investigación social: la inferencia científica en los estudios cualitativos*. Alianza Editorial.
- KUHN, T. S. (1978), *A estrutura das revoluções científicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva.
- LAMOUNIER, B. (1991), Brasil: rumo ao parlamentarismo? In: Lamounier, B. (Org.). *A opção parlamentarista*. São Paulo: IDESP Ed. Sumaré.
- LANDMAN, T. (2008), *Issues and methods in comparative politics: an introduction*. New York: Routledge.
- LINZ, JUAN. (1991), Presidencialismo ou parlamentarismo: faz diferença? In: Lamounier, B. (Org.). *A opção parlamentarista*. São Paulo: IDESP Ed. Sumaré.
- LIJPHART, AREND. (1991), Presidencialismo e democracia majoritária. In: Lamounier, B. (Org.). *A opção parlamentarista*. São Paulo: IDESP Ed. Sumaré.
- MAINWARING, SCOTT. (1993), Presidentialism and Multipartyism. The difficult combination. *Comparative Political Studies*, vol. 26 nº 2 p. 198-228.
- MAHONEY, JAMES and GERRY GOERTZ (2012), *A Tale of Two Cultures: Contrasting Quantitative and Qualitative Research in the Social Sciences*. New Haven. Princeton University Press.
- MARCONI, M. de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. (2011), *Metodologia Científica*. 6ª Ed., rev. ampl. São Paulo: Editora Atlas.
- MERTON, R. K. (1960), *Teoría social y estructura social*. Andres Bello.
- MUNCK, G. AND VERKUILEN, J. (2009), "Conceptualizing and measuring democracy: an evaluation of alternative indices". In: Munck, G. *Measuring democracy: a bridge between scholarship and politics*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- PARANHOS, R; FIGUEIREDO FILHO, D. D.; ROCHA, E. C. DA; SILVA JÚNIOR, J. A. (2013), Inferências causais falsificáveis em Ciência Política. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 4, n. 1-2, p. 264-283.
- PERES, Paulo S. (2008), Comportamento ou Instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da Ciência Política. *RBCS*, vol.23, nº 68, pp. 53-71. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n68/v23n68a05.pdf>
- PETERS, B. (1998), *Comparative Politics: Theory and Methods*. New York: New York University Press. (Comparative government and politics).

PIMENTEL, Elson L. A. (2007), *Dilema do prisioneiro: da teoria dos jogos à ética*. Belo Horizonte: Argvmentvm.

POPPER, K. (1968), *The Logic of Scientific Discovery*. Londres: Hutchinson.

REZENDE, F.C. (2015), Modelos de Causação e Pluralismo Inferencial. *Working Paper*. Núcleo de Epistemologia e Método Comparado na Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

ROUNTREE, P. W., LAND, K. C. AND MIETHE, T. D. (1994), Macro-Micro Integration In The Study Of Victimization: A Hierarchical Logistic Model Analysis Across Seattle Neighborhoods*. *Criminology*, 32: 387–414. Doi:10.1111/J.1745-9125.1994.Tb01159.X

RUBIN, A.; BABBIE, E. R. (2011), *Research Methods for Social Work*. Belmont: Cengage Learning.

SARTORI, G. (1970), Concept misformation in comparative politics. *American political science review*, Cambridge Univ Press, v. 64, n. 04, p. 1033–1053.

SILAME, Thiago. (2016), *Diálogos sobre o “ultrapresidencialismo” estadual: dos condicionantes políticos do sucesso legislativo dos governadores brasileiros*. 220f. Tese de Doutorado. 2016. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SCHMITTER, P. (2002), *The Ideal Research Proposal*. Disponível em: <http://www.eui.eu/Documents/DepartmentsCentres/SPS/Profiles/Schmitter/IdealResearchProposal.pdf>

SCHUMPETER, J. (1961), *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

TEUNE, H.; PRZEWORSKI, A. (1970), *The logic of comparative social inquiry*. New York, John Wiley & Sons.

VAN EVERA, S. (1997), *Guide to Methods for Students of Political Science*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

VAUS, D. A. DE. (2001), *Research Design in Social Research*. Thousand Oaks: SAGE Publications. (Research Methods Series).